Avaliação de Riscos

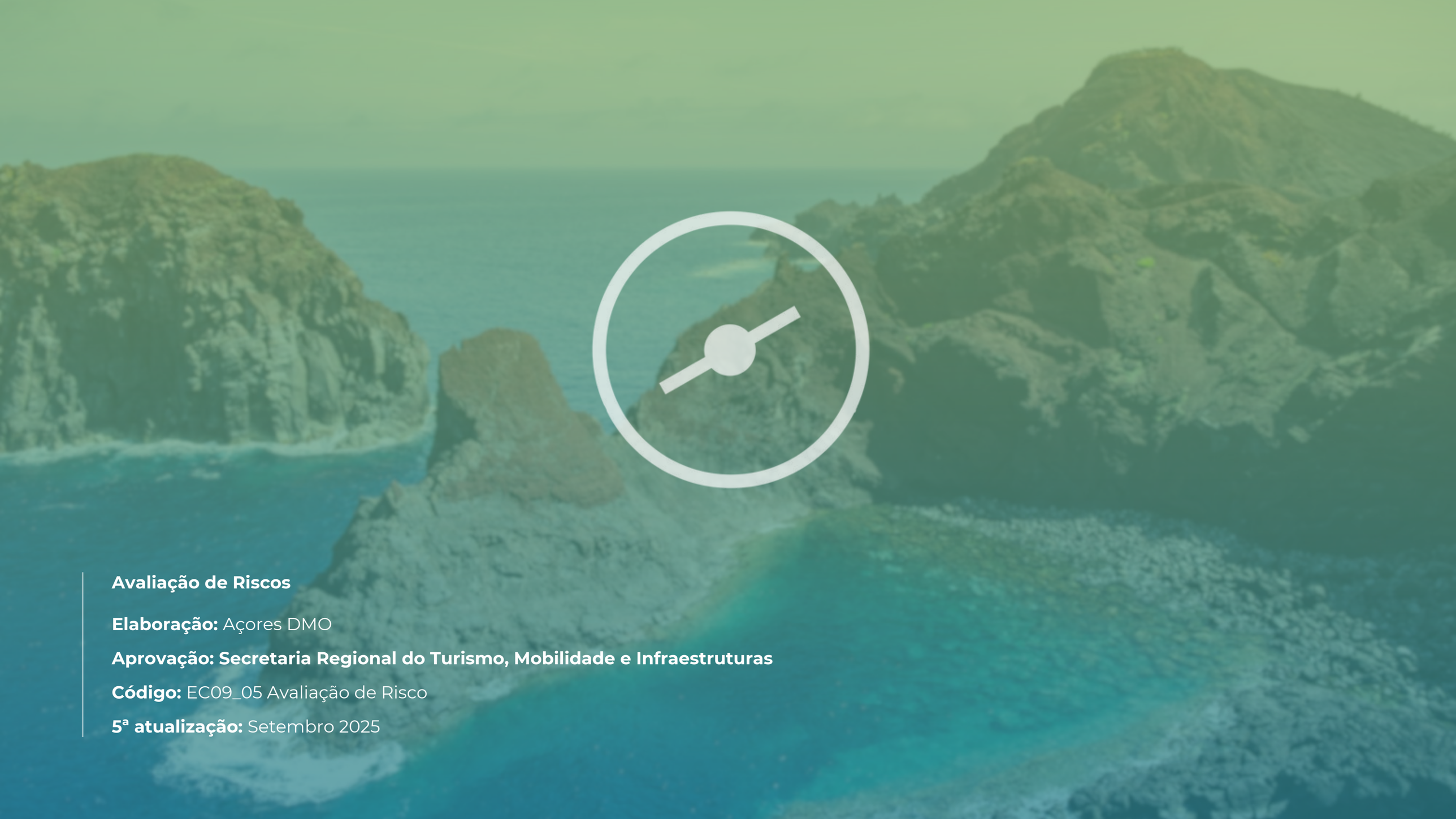
AÇORES | DESTINO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

Rev. 05



GOVERNO DOS AÇORES

AÇORES
no rumo da sustentabilidade



Avaliação de Riscos

Elaboração: Açores DMO

Aprovação: Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Código: EC09_05 Avaliação de Risco

5ª atualização: Setembro 2025

Índice

01. Enquadramento 3

02. Metodologia 5

03. Matriz de Risco 9

04. Resposta a situações de Emergência 39

05. Assistência Hospitalar 45

Registo de alterações à Avaliação de Riscos 48

Anexo 49



01.
Enquadramento

Avaliação de riscos

A presente Avaliação de Riscos do Destino reflete os principais problemas e os desafios prioritários identificados nas reuniões dos Grupos Internos (GASDTA). Esta abordagem colaborativa e consultiva é considerada fundamental para a identificação dos riscos, aspetos e impactos que moldam o atual cenário de risco do Destino, fornecendo uma visão aprofundada das necessidades e preocupações específicas que exigem uma atenção imediata e a adoção de estratégias de mitigação eficazes.

O referencial de certificação "EarthCheck Destination", apresenta como um dos seus requisitos a elaboração de uma análise de risco, na qual: "*O destino deverá identificar o atual e/ou potencial nível de risco de situações, planeadas, acidentais ou de emergência, naturais ou antrópicas, relacionadas com o âmbito de atuação do destino*".

Os riscos são categorizados consoante as **12 áreas de desempenho** da EarthCheck, às quais se adiciona a das **Alterações Climáticas** e a da **Saúde Pública**, que o destino considera como cruciais para assegurar a manutenção da segurança e da sustentabilidade do destino:



12 Áreas de desempenho da EarthCheck

02. Metodologia



No âmbito do presente relatório considera-se:

a) Risco: efeito da incerteza do resultado das atividades desenvolvidas ou com influência na Região em aspetos ambientais, culturais, sociais e económicos;

b) Aspeto: elemento presente cuja interação tem potencial impacto com o ambiente, atividades sociais e culturais ou com a economia da Região;

c) Impacto: variação (positiva ou negativa) no ambiente resultante, total ou parcialmente, da influência dos aspetos.

Para a Avalição de Risco foi utilizada a seguinte metodologia:

Identificação dos aspetos → Determinação dos impactos → Identificação dos controlos existentes → Avaliação do risco

A Avaliação do Risco foi efetuada tendo em consideração **duas dimensões**:

- A **probabilidade**;
- A **severidade**.

Tabela 1 – Definição dos Graus de Probabilidade

Categoria	Definição
1	**Certa/acontece diariamente:** O impacto é esperado com uma frequência diária.
2	**Provável/acontece semanalmente:** O impacto é esperado na maioria dos casos.
3	**Possível/acontece mensalmente:** O impacto é esperado com uma frequência mensal.
4	**Pouco provável/acontece anualmente:** Impacto pode ocorrer, mas não é muito esperado. Pode ocorrer anualmente.
5	**Raro:** Impacto só ocorre em situações excecionais.

Tabela 2 – Definição dos Graus de Severidade

Categoria	Definição
1	**Catastrófico**: Danos generalizados e irreparáveis nas dimensões, ambiental, cultural, social ou económica; perda de vidas humanas ou efeitos prejudiciais e permanentes na saúde das pessoas; situação de emergência nacional.
2	**Maior**: Danos generalizados, com impacto de médio ou longo prazo; danos sérios na saúde das pessoas; situação de emergência regional; situação de violação de requisitos legais, grande perturbação nas operações correntes; reputação da Região em causa.
3	**Médio**: Impacto de médio ou longo prazo em área limitada; contribuição moderada para o aquecimento global; efeitos moderados na saúde com necessidade de cuidados médicos; acompanhamento pela comunicação social regional; violação de requisitos legais com aplicação de coimas.
4	**Menor**: Impacto de curto ou médio prazo em área limitada; contribuição reduzida para o aquecimento global; danos menores e reversíveis na saúde das pessoas com necessidade de primeiros socorros; impacto negativo na comunicação social regional; situações pontuais de violação de requisitos legais.
5	**Limitado:** Impacto limitado a uma área determinada, sem efeitos de longo prazo; preocupação ou queixas na vizinhança; sem impacto na saúde das pessoas; sem violação de requisitos legais, com algumas situações de não conformidade técnica.

Fonte: A categorização foi desenvolvida com base nas orientações da EarthCheck.

Da conjugação das categorias acima identificadas é construída uma tabela de dupla entrada para a valorização final do risco, tal como se apresenta de seguida:

Probalidade \ Severidade	1	2	3	4	5
1	1	2	3	4	5
2	2	4	6	8	10
3	3	6	9	12	15
4	4	8	12	16	20
5	5	10	15	20	25

Avaliação
Severo
Extremo
Alto
Médio
Baixo

Assim, apresenta-se de seguida, a avaliação do risco, para o Destino Açores, tendo em conta os pressupostos anteriores.



03. Matriz de Risco

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Impossibilidade de ligação a redes internacionais de produção de energia e consequente dependência da importação de combustíveis fósseis.	Consumo de combustíveis fósseis para a produção de energia com consequentes efeitos sobre os recursos naturais e poluição atmosférica.	2	5	**10** Médio	Forte aposta na produção de energia com origem em fontes renováveis. Políticas para o consumo responsável de energia, como por exemplo o sistema tarifário em vigor. Implementação das políticas de redução de emissões constantes no Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050.
Crescimento do consumo de energia, consequente do aumento do turismo na Região.	Consumo de combustíveis fósseis para a produção de energia com consequentes efeitos sobre os recursos naturais e poluição atmosférica.	2	5	**10** Médio	Forte aposta na produção de energia com origem em fontes renováveis. Políticas para o consumo responsável de energia, como por exemplo o sistema tarifário em vigor. Implementação das políticas de redução de emissões constantes no Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050.

GASES COM EFEITO DE ESTUFA / DESCARBONIZAÇÃO

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aumento da produção de GEE, consequente do aumento do turismo na região.	Poluição atmosférica com consequências sobre as alterações climáticas.	3	5	**15** Baixo	Forte aposta na produção de energia com origem em fontes renováveis e na eficiência energética. Políticas para o consumo responsável de energia, como por exemplo o sistema tarifário em vigor. Implementação das políticas de redução de emissões constantes no Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050.
Rede de transportes coletivos insuficiente face ao crescimento do número de automóveis ligeiros em circulação na Região.	Poluição atmosférica com consequências sobre as alterações climáticas.	1	5	**5** Alto	Campanhas para a utilização de transportes públicos (transportes públicos acessíveis nos perímetros urbanos das maiores cidades). Instalação de uma rede de abastecimentos de veículos elétricos. Incrementar os veículos elétricos em circulação. Incentivo à aquisição de veículos elétricos pelas Rent-a-car da Região. Aposta em ciclovias.



GASES COM EFEITO DE ESTUFA / DESCARBONIZAÇÃO

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Área da ocupação do uso do solo do sector agropecuário.	Poluição atmosférica com consequências sobre as alterações climáticas.	2	5	**10** Médio	Reconversão de terrenos de agropecuária em terrenos florestados. Elaborar estudo de capacidade de carga da ocupação do uso do solo agrícola na Região. Reconversão do sistema de produção de leite para produção de carne (pastoreio extensivo). Implementação das políticas de redução de emissões constantes no Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050.

QUALIDADE DO AR, CONTROLO DE RUÍDO E POLUIÇÃO LUMINOSA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Crescimento do ruído em áreas de interesse paisagístico, consequente do aumento do turismo na Região.	Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas.	3	5	**15** Baixo	Elaboração e implementação dos mapas estratégicos de ruído e dos planos municipais de ação (Planos Municipais de Ordenamento do Território).
Aumento do ruído em áreas de interesse paisagístico, consequente do crescimento do turismo na Região.	Impactos negativos na qualidade de vida dos residentes. Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas.	2	5	**10** Médio	Controlo dos níveis de ruído(incomodidade). Controlo do licenciamento de infraestruturas ruidosas na malha urbana. Elaboração e implementação dos mapas estratégicos de ruído e dos planos municipais de ação (Planos Municipais de Ordenamento do Território).



QUALIDADE DO AR, CONTROLO DE RUÍDO E POLUIÇÃO LUMINOSA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aumento da poluição luminosa por alteração das luminárias para LEDs brancos (de intensidade igual ou superior a 4000K) nas vias públicas da Região.	Impactos negativos na biodiversidade, nomeadamente, nas aves marinhas. O elevado número de espécies afetadas poderá potenciar imagem negativa da Região para residentes e turistas (ex. Campanha SOS Cagarro).	4	5	**20** Baixo	Alteração da iluminação pública para a utilização de lâmpadas com intensidade/brilho inferiores a 3000K. Campanhas de sensibilização e educação ambiental sobre os impactos da poluição luminosa na biodiversidade e importância de uma iluminação pública mais eficiente e menos poluente. Implementação da Estratégia de Mitigação da Poluição Luminosa e o Guia de Boas Práticas para a Mitigação da Poluição Luminosa nos Açores (LuMinAves). Implementação de ações piloto e demonstrativas de sistemas de iluminação pública e outras fontes de iluminação com maior eficiência energética e redução da poluição luminosa. Desenvolvimento de Planos Diretores de Iluminação Pública para os municípios.



RECURSOS DE ÁGUA POTÁVEL

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Área da ocupação do uso do solo do sector agropecuário.	Poluição de águas superficiais e subterrâneas. Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas.	4	4	**16** Baixo	Delimitação de áreas de proteção dos aquíferos e águas superficiais. Implementação dos perímetros de proteção das captações de água para consumo humano. Aumentar os ramais agrícolas. Sensibilização dos produtores primários para os efeitos negativos, nos recursos hídricos, da sua atividade, bem como as respetivas regras de conduta. Promoção de práticas sustentáveis no setor agropecuário. Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.

RECURSOS DE ÁGUA POTÁVEL

Aspeto	Potencial impacto		Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Maior pressão sobre os recursos hídricos nos meses de verão.	Falta de disponibilidade do recurso em algumas ilhas, e para algumas atividades (p. ex: agricultura).	**Ilhas:** São Miguel; Terceira; São Jorge; Faial; Flores; Corvo	3	4	**12** Médio	Gestão integrada das redes de abastecimento de água. Incremento da capacidade de armazenamento da água. Reforço do balanço hídrico. Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.
		Ilhas: Santa Maria; Graciosa; Pico	2	3	**6** Alto	
Reduzida qualidade de algumas características físicas-químicas da água para abastecimento público.	Aumento do consumo de água engarrafada. Aumento da produção de resíduos. Aumento de problemas de saúde.	**Ilha:** Graciosa	1	3	**4** Severo	Monitorização e tratamento contínuo da água. Testes regulares de parâmetros físico-químicos. Melhorias nas infraestruturas de tratamento de água. Manutenção e inspeção regular da rede de distribuição. Planos de emergência para falhas na qualidade da água. Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.
		Ilha: Pico	2	3	**6** Alto	



RECURSOS DE ÁGUA POTÁVEL

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Poluição decorrente da atividade da Base Americana nas Lajes.	Poluição inorgânica de aquíferos.	5	2	**10** Médio	Negociação em curso com autoridades norte americanas para serem desencadeadas as medidas necessárias à mitigação dos problemas.
Eventual aumento do consumo de água e do desperdício nos sistemas de fornecimento.	Redução da disponibilidade do recurso para consumo e possibilidade de ultrapassar os limites de capacidade de renovação dos lençóis \ fontes hídricas disponíveis para captação.	3	3	**9** Alto	Fiscalização frequente dos circuitos de captação e transporte de água. Sensibilização para consumo controlado e redução do desperdício de água. Criação de mais reservatórios de captação de águas pluviais para o setor agropecuário. Majoração do apoio financeiro para aquisição/melhoria do sistema de abastecimento.
Intensificação dos usos e atividades humanas em meio terrestre e marinho.	Alteração da qualidade das águas balneares. Alteração do bom estado ambiental das águas marinhas de acordo com o descritor 5 (Eutrofização) da Diretiva Quadro Estratégia Marinha). Alteração do estado ecológico e químico das águas, de acordo com os parâmetros da Diretiva da Água.	4	3	**12** Médio	Implementação dos programas de monitorização estabelecidos para o Descritor 5, no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha. Monitorização das águas balneares da Região, de acordo com o quadro legal em vigor. Aplicação das medidas inerentes ao Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH). Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.

ÁGUAS RESIDUAIS

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Falta de ligação aos sistemas públicos de saneamento de águas residuais existentes.	Poluição de águas superficiais e subterrâneas (incluindo as de consumo humano), com potenciais bactérias patogénicas, e poluição do solo.	2	3	**6** Alto	Promover a ligação aos sistemas públicos de saneamento, sempre que possível. Garantir o cumprimento dos parâmetros físico-químicos do efluente à saída das ETAR´s e prevenir ao máximo situações de descargas por bypass.

PROTEÇÃO DO ECOSSISTEMA E DA BIODIVERSIDADE

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aumento da pressão turística sobre as áreas naturais.	Pressão sobre o ecossistema com possíveis repercussões na sua biodiversidade. Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas.	3	4	**12** Médio	Medidas previstas nos instrumentos legais e regulamentares relativos ao ordenamento turístico na Região. Medidas de estímulo à dispersão da experiência dos visitantes pelo arquipélago e atrativos menos conhecidos Sistema Inteligente de Monitorização dos Fluxos Turísticos (**SIMIFTA**).
Aumento do número de embarcações de recreio nas marinas e portos de recreio da Região e de navios de cruzeiro.	Derrames com consequente poluição do ecossistema marinho. Introdução de espécies exóticas invasoras marinhas. Aumento dos níveis de ruído subaquático. Impacto nas espécies marinhas, nomeadamente, cetáceos, tartarugas e aves marinhas.	5	3	**15** Médio	Mecanismos e equipamentos para controlo de derrames no mar. Risco controlado. Monitorização e controlo de acesso a áreas naturais. Evitar o risco da ocorrência das invasões biológicas, por águas de lastro (Portos dos Açores), através da implementação dos regulamentos do Diploma da Biodiversidade e das normas da Organização Marítima Internacional. Implementação dos programas de monitorização estabelecidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha.

PROTEÇÃO DO ECOSSISTEMA E DA BIODIVERSIDADE

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aumento da pressão agroflorestal e urbana sobre os ecossistemas naturais.	Alterações sobre o ecossistema.	4	4	**16** Baixo	Legislação e instrumentos de gestão do território.
Aumento da pressão turística na prática das modalidades "pesca turística" (operadores marítimo-turísticos) e "pesca turismo" (embarcações de pesca).	Perturbação de espécies devido à presença humana. Extração ou mortalidade/lesão de espécies selvagens.	4	4	**16** Baixo	Medidas previstas nos instrumentos legais e regulamentares relativos à regulamentação do exercício da pesca e da atividade marítima na pesca, na Região. Implementação dos programas de monitorização estabelecidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha.
Incêndios rurais.	Alterações sobre o ecossistema. Destruição de biodiversidade. Resíduos. Impacto sobre a vida das pessoas (social e económico).	5	5	**25** Baixo	Vigilância das áreas rurais. Sensibilização sobre o uso de queimadas aos produtores florestais e aos agricultores.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Pressões antropogénicas (agricultura, turismo e urbanização) sobre o território.	Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas. Potenciais consequências ao nível de catástrofes naturais. Degradação da qualidade da paisagem.	3	4	**12** Médio	Implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial (PNPOT, PROTA, POTRAA, Planos Setoriais, Planos Especiais, Planos Municipais) e Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEMA). O POTRAA encontra-se em revisão e será substituído pelo Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA). Licenciamento regulamentado e controlado. Realização de análises económicas de viabilidade e de estudos de impacto ambiental para os investimentos públicos e privados.
Aumento de obras de edificação na orla costeira, extensão de zonas portuárias, extração de inertes.	Perturbação física do fundo marinho (temporária ou reversível). Perda física devida a modificação permanente do substrato, da morfologia dos fundos ou da extração de materiais do leito marinho. Alterações das condições hidrológicas. Perturbação da fauna marinha devido ao ruído, mas essencialmente durante as fases de construção.	4	4	**16** Baixo	Implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial (PNPOT, PROTA, POTRAA, Planos Setoriais, Planos Especiais, Planos Municipais) e Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEMA). O POTRAA encontra-se em revisão e será substituído pelo Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA). Licenciamento regulamentado e controlado. Realização de análises económicas de viabilidade e de estudos de impacto ambiental para os investimentos públicos e privados. Implementação dos programas de monitorização estabelecidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Sismos.	Destruição de edifícios, equipamentos e infraestruturas de apoio. Perda de vidas humanas. Destruição de habitats naturais e de explorações agrícolas. Perda de património histórico, natural.	3	2	**6** Extremo	Monitorização da atividade sísmica. Integração de soluções antissísmicas nos edifícios públicos e particulares. Sensibilização da comunidade para a sua proteção em eventos sísmicos (ex: simulacros). Implementação do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores e dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil. Avisos à população sobre réplicas e outros fenómenos naturais decorrentes.



TRANSPORTES

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aumento do número de visitantes na região, com consequente aumento do volume de transportes terrestres (ocasionais), nomeadamente com os viajantes de navios de cruzeiro, e de deslocações em rent a car.	Poluição atmosférica. Aumento dos níveis de ruído. Incremento do volume de trânsito.	3	3	**9** Alto	Controlo do tráfego terrestre. Navios de cruzeiro em contraciclo. Implementação das capacidades de carga definidas no POTRAA (encontra-se em revisão e será substituído pelo Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores - PDTA). Implementação do Sistema Integrado de Monitorização Inteligente dos Fluxos Turísticos dos Açores (SIMIFTA). Incentivos fiscais e financeiros para a reconversão das frotas turísticas terrestres para veículos híbridos\elétricos. Incentivo à implementação de ações de descarbonização.
Acidentes rodoviários, alguns provocados por desconhecimento das regras de trânsito de visitantes estrangeiros.	Perda de vidas humanas. Produção de resíduos (veículos em fim de vida). Derrames.	3	3	**9** Alto	Controlo do tráfego terrestre. Ações de sensibilização de Prevenção Rodoviária. Esclarecimento e informação aos visitantes das regras de trânsito.



TRANSPORTES

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Acidentes aéreos.	Perda de vidas humanas. Produção de resíduos. Derrames.	3	2	**6** Extremo	Regras e procedimentos de segurança nos aeroportos e aeronaves.
Insuficiente oferta de transporte aéreo, sobretudo, nos meses de verão.	Falta de disponibilidade de lugares nos voos para viagens de residentes. Sobrelotação das infraestruturas aéreas. Menor qualidade da experiência oferecida aos passageiros.	2	3	**6** Alto	Captação de novos voos/frequências semanais para aumentar a oferta existente. Acordos com companhias aéreas para reserva de lugares destinados a residentes, com necessidades de deslocação ”urgentes”. Reforço das equipas de apoio aeroportuário, nos momentos de maior disponibilidade de voos.
Acidentes com navios de cruzeiro, de passageiros e embarcações de recreio e marítimo turísticas.	Perda de vidas humanas. Produção de resíduos. Derrames.	4	3	**12** Médio	Regras e procedimentos de segurança nos portos. Pilotagem de navios obrigatória nos portos dos Açores.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Crescimento do número de visitantes na região. Crescimento do volume de negócios do comércio.	Aumento da produção de resíduos sólidos. Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas. Aumento do número de embarcações de recreio e visitantes. Aumento do lixo marinho na orla costeira, coluna de água e fundos.	3	4	**12** Médio	Medidas e ações previstas Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos. Promoção de limpezas da orla costeira e subaquáticas e, consequente, monitorização e recolha de informação, no âmbito do Plano de Ação para o Lixo Marinho dos Açores (PALMA). Implementação dos programas de monitorização estabelecidos para o Descritor 10 (Lixo Marinho), no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha. Promover práticas de Economia Circular no setor do Turismo e implementar a Agenda para a Economia Circular da Região Autónoma dos Açores.



SUBSTÂNCIAS NOCIVAS PARA O AMBIENTE

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Utilização incorreta de fitofarmacêuticos.	Lesões nos trabalhadores.	4	5	**20** Baixo	Formação contínua de aplicação de produtos de fitofarmacêuticos.
Acidente em locais de armazenagem de resíduos e materiais perigosos e seu manuseamento.	Poluição generalizada. Lesões nos trabalhadores.	5	2	**10** Alto	Planos de emergência municipais e regionais. Realização de simulacros. Fiscalização.

SOCIEDADE E CULTURA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Baixa escolaridade e educação.	Reduzida capacidade de competências profissionais. Falta de civismo. Falta de formação adequada em áreas especializadas (p. ex. culturais).	2	3	**6** Alto	Aposta na qualificação das pessoas. Programas ao nível do PO Açores 2030 para a qualificação das pessoas. Ajustar a oferta formativa às necessidades da região/ilha e reformular os conteúdos programáticos e as metodologias de ensino, sempre que possível.
Baixa natalidade e saldo migratório negativo.	Perda de identidade cultural. Falta de mão-de-obra qualificada. Envelhecimento populacional. Precaridade laboral.	4	3	**12** Médio	Apoios à fixação de pessoas nas ilhas mais pequenas. Pacote salarial com discriminação positiva fiscal relativamente ao continente português. Aposta na inovação: criação de novos empregos. Apoio ao envelhecimento ativo e saudável.

SOCIEDADE E CULTURA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Insuficiente oferta de habitação e/ou aumento dos preços das rendas/prestações.	Aumento do número de pessoas sem-abrigo. Incapacidade para fixar população. Incapacidade de captação/fixação de profissionais que atuam em profissões “essenciais” (ex: médicos, enfermeiros, professores, polícia...). Menor capacidade de compra da comunidade local, após pagamento de rendas/prestações.	2	3	**6** Alto	Incentivos à construção/reabilitação de novos edifícios afetos à habitação. Programas sociais de apoio a famílias carenciadas. Acordos com vista à alocação de habitação para profissionais que atuam em profissões “essenciais”.
Aumento da comunidade imigrante, fruto da falta da mão-de-obra existente nos Açores.	Potencial perda de identidade cultural. Pessoal ao atendimento com limitações na comunicação em língua portuguesa. Mão-de-obra com pouca qualificação e/ou experiência profissional em funções do setor turístico.	3	5	**15** Baixo	Programas de proteção e valorização do património cultural e das tradições locais. Programas de capacitação de comunidades imigrantes ao nível da língua portuguesa e da cultura açoriana. Formações em áreas técnicas essenciais ao turismo.

SOCIEDADE E CULTURA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Pressão turística sobre sítios, atrativos, monumentos e património edificado.	Degradação do património. Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas.	3	3	**9** Alto	Informação consistente e sistemática sobre regras e cuidados a ter na visita a sítios e monumentos. Implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial (PNPOT, PROTA, POTRAA, Planos Setoriais, Planos Especiais, Planos Municipais). O POTRAA encontra-se em revisão e será substituído pelo Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores (PDTA). Criação de regulamentos de acesso e definição de capacidade de carga para os locais com maior pressão turística. Implementação do Sistema Integrado de Monitorização Inteligente dos Fluxos Turísticos dos Açores (SIMIFTA). Maior monitorização e fiscalização da sua utilização. Criação de programas de apoio à recuperação de património construído.
Tendência de “clonização”\ cópia da identidade cultural local.	Redução da diversidade e perda da identidade cultural histórica das várias comunidades.	3	3	**9** Alto	Sensibilização para a manutenção da diversidade e identidade cultural histórica característica de cada comunidade e sua valorização enquanto fator distintivo potencialmente atrativo.



SOCIEDADE E CULTURA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Limitações à assistência hospitalar em todas as ilhas.	Impacto negativo na qualidade de vida das pessoas. Potencial imagem negativa da Região para residentes e turistas.	2	3	**6** Alto	Melhorar e reforçar as condições de transporte de emergência inter-ilhas. Aumento da capacidade de resposta a situações de emergência médica.

ECONOMIA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aquisição de empresas regionais por grandes grupos nacionais e multinacionais.	Perda de identidade. Desvalorização de produtos regionais. Imagem negativa da região ("não lugar").	4	3	**12** Médio	Produtos "Marca Açores". Programas de apoio ao investidor local.
Redução da capacidade competitiva das empresas regionais face aos grandes grupos multinacionais.	Perda de emprego. Perda de valorização económica para a Região (leakage).	5	3	**15** Médio	Incentivos ao consumo de produtos locais. Incentivos à criação de parcerias entre produtores locais, restauração e operadores turísticos. Reforçar exigências ao nível do licenciamento (sede fiscal na RAA).
Sazonalidade do turismo.	Redução da rentabilidade dos negócios. Incremento dos contratos de trabalho de curta duração.	1	4	**4** Alto	Reforço da promoção na época baixa. Aposta em segmentos de mercados e produtos com maior propensão para gerar procura turística na época baixa. Implementação de medidas do PEMTA 2030.

ECONOMIA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aumento do risco de surgimento de imitações e contrafações de produtos regionais originais com sucesso comercial.	Redução da individualidade e perda da identidade dos produtos regionais genuínos. Redução da qualidade própria e desvalorização económica dos produtos regionais. Imagem negativa dos produtos regionais.	3	4	**12** Médio	Incentivos e apoios financeiros ao estabelecimento de patentes. Proteção e incentivos à produção dos produtos genuínos e estabelecimento de Direitos de Propriedade Industrial. Fiscalização económica mais focada. Certificação dos produtos artesanais.
Condições meteorológicas adversas.	Falta de bens essenciais por falta de transporte. Cancelamento de voos. Impossibilidade de realização de atividades. Degradação de infraestruturas. Potencial imagem negativa da Região para turistas.	4	3	**12** Médio	Avisos meteorológicos. Incentivar a constituição de seguros a adotar pelas empresas que cubram os prejuízos causados por condições atmosféricas adversas.

ECONOMIA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Conflitos armados em/entre mercados estratégicos.	Menor disponibilidade de bens para importação provenientes destes mercados. Incapacidade de exportação de bens para mercados estratégicos. Aumento generalizado do preço das matérias-primas. Inflação dos preços de bens essenciais. Menor disponibilidade financeira das empresas e/ou das famílias.	2	4	**8** Alto	Negociações estratégicas com mercados alternativos para ultrapassar a incapacidade para a exportação e/ou a indisponibilidade de bens ou matérias-primas (mesmo que temporária). Apoios económicos para apoiar as famílias e as empresas a combater a inflação dos preços dos bens essenciais e das matérias-primas. Facilitação do acesso aos mecanismos de proteção social.
Perda de pessoas e/ou acidentes em trilhos pedestres.	Lesões e/ou perda de vidas humanas. Degradação de recursos naturais, durante a visita e/ou as sessões de busca e salvamento. Potencial imagem negativa da Região para turistas.	4	3	**12** Médio	Sinalização, limpeza e manutenção dos trilhos. Campanhas de sensibilização para os riscos das atividades associadas aos trilhos. Simulacros e formação das equipas de salvamento. Manutenção das equipamentos de socorro e salvamento. Plano operacional de socorro e salvamento. Implementação do Plano de Rápida Intervenção e Socorro (PRIS).

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Tempestades (furacões, ciclones tropicais, similares).	Destruição de edifícios, equipamentos e infraestruturas de apoio. Perda de vidas humanas. Destruição de habitats naturais e de explorações agrícolas. Perda de património histórico, natural e cultural próximo das áreas litorais.	3	3	**9** Alto	Incentivos e apoios financeiros ao estabelecimento de patentes. Proteção e incentivos à produção dos produtos genuínos e estabelecimento de Direitos de Propriedade Industrial. Fiscalização económica mais focada. Certificação dos produtos artesanais.
Movimentos de vertente, inundações e cheias resultantes de episódios de precipitação extrema/intensa.	Destruição de edifícios, equipamentos e infraestruturas de apoio. Perda de vidas humanas. Destruição de habitats naturais e de explorações agrícolas. Perda de património histórico, natural e cultural próximo das áreas litorais.	3	3	**9** Alto	Avisos meteorológicos. Sensibilização da comunidade para adoção de comportamentos de segurança/proteção. Avaliação regular da estabilidade/segurança das vertentes. Capacitação dos edifícios para diminuir situações de inundações. Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão de Riscos e Inundações implementações das medidas e ações constantes no Programa Regional para a Alterações Climáticas - LIFE IP CLIMAz.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Secas.	Alterações no mosaico paisagístico florestal e agrícola (redução da área de cultivo agrícola em situações de seca). Aumento do risco de incêndio. Erosão dos solos. Perdas económicas na exploração agrícola/pecuária. Impactos sociais negativos devido à falta de abastecimento de água às populações locais, em algumas ilhas.	4	3	**12** Médio	Instalação de sistemas de armazenamento de água. Implementação de modelo para o armazenamento e gestão das águas destinadas à exploração agrícola/pecuária. Sensibilização da população para a utilização eficiente da água potável. Diversificar e adequar as culturas agrícolas considerando os cenários de alterações climáticas. Promover a implementação de técnicas e práticas agrícolas para a proteção do solo. Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão de Riscos e Inundações. Implementações das medidas e ações constantes no Programa Regional para a Alterações Climáticas - LIFE IP CLIMAz. Implementação das medidas constantes no Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água dos Açores.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Aparecimento de espécies exóticas nas águas dos Açores.	Perda de biodiversidade marinha autóctone. Alteração do perfil do ecossistema marinho atual. Pressão sobre espécies marinhas (cetáceos) ocorrendo uma maior procura por de atividades de turismo náutico (ex. observação, passeios).	3	4	**12** Médio	Monitorização/vigilância e controlo/erradicação das espécies marinhas invasoras no âmbito dos Programas de Monitorização e Medias da Diretiva Quadro Estratégia Marinha. Adoção de medidas que permitam preservar as espécies marinhas nativas e os seus habitats. Adoção de medidas que reduzam os impactos negativos associados às pressões antropogénicas: pescas, poluição, turismo, ruído. Constante regularização das atividades turísticas.
Subida do nível médio das águas do mar.	Aumento da regularidade de galgamentos e inundações costeiras. Erosão costeira. Degradação de construções próximas das áreas litorais. Perda de património histórico, natural e cultural próximo das áreas litorais. Perda de áreas de nidificação costeiras (ex: aves marinhas).	3	3	**9** Alto	Monitorização constante do nível médio. Instalação de barreiras de proteção à subida do nível médio do mar. Adoção de medidas de defesa e proteção costeira. Levantamentos e mapeamentos das áreas com maior suscetibilidade e vulnerabilidade à ocorrência de cheias. Implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial (PNPOT, PROTA, POTRAA, Planos Sectoriais, Planos Especiais de Ordenamento do Território, PMOT). Implementação do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores e dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil. Implementação das medidas e ações constantes no Plano de Gestão de Riscos e Inundações & Implementações das medidas e ações constantes no Programa Regional para a Alterações Climáticas - LIFE IP CLIMAz.

SAÚDE PÚBLICA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
COVID-19.	Perda de vidas humanas. Sobrecarga dos serviços de saúde pública. Redução da segurança e confiança para viajar.	3	4	**12** Médio	Aumento da capacidade de resposta dos serviços de saúde pública e criação de serviços de acompanhamento e combate à COVID-19. Sensibilização da comunidade para o cumprimento das regras de segurança e integração do processo de vacinação. Comunicação constante sobre a evolução da doença e dos seus impactos. Adequação e adaptação das medidas aplicadas na região, com as medidas aplicadas a nível nacional e europeu.
Doenças respiratórias transmissíveis.	Perda de vidas humanas. Sobrecarga dos serviços de saúde pública. Limitações ao processo de viagem e/ou circulação de pessoas ou bens. Impacto na viabilidade económica dos negócios.	5	1	**5** Alto	Acompanhamento do aparecimento e evolução de novos vírus e doenças respiratórias transmissíveis. Criação de comissões de combate à doença. Estabelecimento de medidas legais para controlo da transmissão das doenças. Capacitação dos serviços de saúde com equipamentos e medicamentos necessários. Sensibilização para a adoção de medidas de proteção pela comunidade local. Implementação de processo vacinação de combate a essas doenças.

SAÚDE PÚBLICA

Aspeto	Potencial impacto	Probalidade	Severidade	Risco	Medidas de Mitigação
Doenças transmitidas por vetores (Dengue, Febre do Oeste do Nilo, doença de Lyme).	Aumento das pessoas afetadas, após transmissão. Menor perceção de segurança para viajar por parte dos turistas. Limitações ao processo de viagem e/ou circulação de pessoas ou bens.	5	4	**20** Baixo	Acompanhamento e monitorização da presença de agentes patogénicos, bem como a sua densidade e replicação viral. Adoção de medidas para a mitigação do impacto das doenças.

04. Resposta a situações de emergência

Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA)

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) é o departamento que depende da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e que tem como atribuições orientar, coordenar e fiscalizar, a nível da Região Autónoma dos Açores, as atividades de Proteção Civil e dos Corpos de Bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência médica, de forma a garantir, aos sinistrados ou vítimas de doença súbita, a pronta e correta prestação de cuidados de saúde (https://www.prociv.azores.gov.pt).

www.prociv.azores.gov.pt/



Foto: portal.azores.gov.pt



A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com os agentes mencionados à direita e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções de proteção civil nos domínios da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

São **agentes de proteção civil,** de acordo com as suas atribuições próprias

1. Os corpos de bombeiros;

2. As forças de segurança;

3. As Forças Armadas;

4. Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;

5. A Autoridade Nacional de Avião Civil;

6. Entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde;

7. Serviços Municipais de Proteção Civil;

O SRPCBA organiza-se em quatro divisões cada uma delas com as seguintes competências:

1. Prevenção, Formação e Sensibilização

Prevenção, Formação e Sensibilização a quem compete, entre outras competências, promover, assegurar e apoiar a prevenção/sensibilização em matéria de Proteção Civil junto de todos os cidadãos; assegurar a formação dos elementos dos corpos de bombeiros nas áreas de emergência pré-hospitalar, incêndio e socorro, planeamento e operações.

Mais informações em:
https://www.prociv.azores.gov.pt/sensibilizacao/



Foto: www.prociv.azores.gov.pt/



Foto: www.prociv.azores.gov.pt/

2. Planeamento, Operações e Avaliação de Riscos

Tem como missão, assegurar o planeamento e a direção das operações do Serviço, a coordenação dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar na iminência ou na ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Nesta divisão está integrado igualmente o Centro de Operações de Emergência, estrutura operacional do SRPCBA, que contempla, entre outras, a Sala de Atendimento e Gestão de Emergências onde são atendidas, triadas e acompanhadas todas as chamadas de socorro da RAA.
Assegura o atendimento do número Europeu de Emergência (112), Linha de Emergência Médica e outras situações de emergência que coloquem em risco, direta ou indiretamente a população.

Mais informações em:
https://www.prociv.azores.gov.pt/operacoes/
https://www.prociv.azores.gov.pt//emergencia-medica

3. Inspeção de Bombeiros

Para além das competências que lhe estão atribuídas através da orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, tem como principal objetivo, garantir a ligação técnica e operacional entre a tutela e todos os Corpos de Bombeiros da Região, potenciando ao máximo o investimento público e a dedicação, profissionalismo e competência dos Bombeiros, garantindo o seu reconhecimento e segurança de forma ativa e permanente.

Mais informações em:
https://www.prociv.azores.gov.pt//bombeiros

4. Segurança Contra Incêndios

Esta divisão detém como principal competência assegurar o cumprimento dos regulamentos de segurança contra incêndio nos edifícios dos Açores.

Mais informações em:
https://www.prociv.azores.gov.pt/seguranca

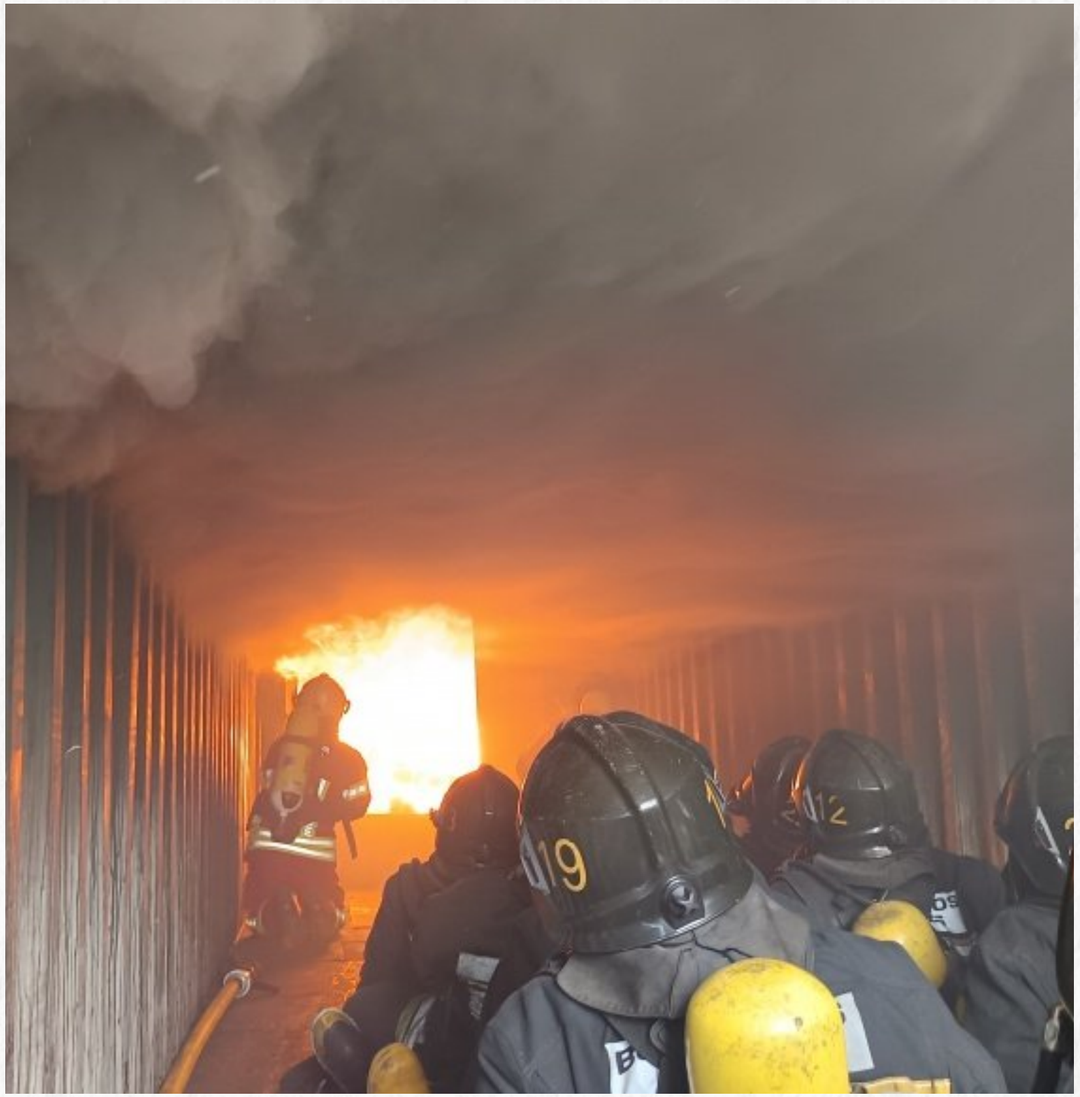


Foto: www.prociv.azores.gov.pt/

05. Assistência hospitalar

Equipamentos/infraestruturas de assistência hospitalar

Na Região Autónoma dos Açores existem os seguintes **equipamentos/infraestruturas de assistência hospitalar:**

- Unidades Básicas de Urgência em todas as ilhas.
- Serviço SIV – Suporte Imediato de Vida - em 4 ilhas (São Miguel, Terceira, Faial e Pico).
- Serviços de urgência hospitalar nos 3 Hospitais da RAA, nas 3 ilhas com maior densidade populacional (São Miguel, Terceira e Faial).
- Transporte de emergência inter-ilhas e para o exterior.
- Linha de Emergência Médica (112).
- Linha de Saúde Açores (808 24 60 24).



Foto: www.prociv.azores.gov.pt/

Registo de alterações à Avaliação de Riscos

Registo de alterações à Avaliação de Riscos

Data	Revisão nº:	Resumo das alterações efetuadas
Setembro 2025	Cinco	**Página 7:** Inserção da designação da categoria nº 5 – Limitado.
		Página 22: Inserção do aspeto Sismos na categoria de Ordenamento de Território, em vez de em Alterações Climáticas como anteriormente estava.
		Página 35: Inserção de nova medida de implementação em virtude da criação do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água dos Açores.



Anexo

Análise de riscos retirada do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n° 55/2019 de 16 de abril de 2019

Resolução do Conselho do Governo n.° 55/2019 de 16 de abril de 2019

